CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletim Informativo

Boletim Informativo

N.º 08/2016/2017

REUNIÃO:

ORDINÁRIA DE

28/04/2017

ABRIL DE 2017

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vogais

- Membros eleitos pela Assembleia Nacional, Drs. Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida, e Mário Gomes Fernandes;
- Membro designado pelo Governo, Dr. António Varela Semedo;
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. António Pedro Lopes Borges, a exercer mandato como Vice-Presidente do CSMP, Daniel Hostelino Alves Monteiro, e Nilton Jorge da Costa Moniz;

Secretário

- Secretariou a sessão o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Senhor José Luís Varela Marques, Secretário Judicial.

SUMÁRIO:

1. *Aprovação da agenda;*
2. *Discussão e aprovação da ata n.º 7/2016/2017;*
3. *Apreciação e decisão de Processo de Recurso Contencioso;*
4. *Apreciação e decisão de Processo Disciplinar;*
5. *Apreciação do relatório estatístico das Procuradorias da República de Círculo e PGR;*
6. *Apreciação de relatório e processo de inspeção;*
7. *Apreciação do Projecto de Portaria que altera o montante das senhas de presença a atribuir aos Vogais do Conselho Superior do Ministério Público;*

8. *Destacamento rotativo de Ajudantes de Escrivão para a Procuradoria da República da Comarca dos Mosteiros;*
9. *Análise da necessidade de medidas que visam reorganizar a secretaria da Procuradoria da República da Comarca da Boa Vista;*
10. *Nomeação de Procuradores Assistentes;*
11. *Apreciação do pedido de reingresso antecipado do Senhor José Miguel de Pina Cardoso em regime de licença de curta duração;*
12. *Apreciação do relatório trimestral da execução orçamental do CSMP de 2017;*
13. *Análise e aprovação do projeto do Orçamento do CSMP para o exercício económico de 2018;*
14. *Apreciação da comunicação da Procuradora da República;*
15. *Apreciação de uma proposta de pagamento de gratificação;*
16. *Matérias para conhecimento (2 docs.);*
17. *Despachos para ratificação (4 docs.);*
18. *Sorteio para distribuição de processos.*

1. APROVAÇÃO DA AGENDA

O Conselho deliberou aprovar a agenda por unanimidade.

2. ACTAS

O Conselho deliberou aprovar a Ata nº. 7 da sessão de 31 de ar Março de 2017.

3. APRECIÇÃO E DECISÃO DE PROCESSO DE RECURSO CONTENCIOSO DE DELIBERAÇÃO DO CSMP

α. Nº. 04/ P.REC.DEL/2016 – RECORRENTE MAGISTRADO

Após análise e apreciação do Projeto da resposta à petição inicial formulada pelo recorrente, nos autos de Recurso Contencioso de Anulação nº. 55/2016, por não se conformar com a Deliberação de 28 de setembro de 2016 que indeferiu o seu pedido de progressão, o Conselho Superior do Ministério deliberou, por maioria:

“Aprovar o projeto de resposta apresentado, no sentido de ser declarado o STJ absolutamente incompetente para conhecimento do pedido nos termos formulado pelo recorrente e absolvido o CSMP da instância, ou ser indeferido liminarmente a petição e absolvido o CSMP da instância, ou negado provimento ao recurso por ser manifestamente improcedente.”

4. APRECIÇÃO E DECISÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES:

α. Nº. 06/ P.DISC./2016 /2017- ARGUIDO OFICIAL DE JUSTIÇA

Após análise e apreciação do Projeto de Deliberação, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou sufragá-lo, e, em consequência, aplicar ao arguido a pena de suspensão, graduada em 21 dias, com perda de retribuição, suspensa na sua execução por um período de 2 anos, ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 26º, n.º 1, 16º, n.º 4 e 34º, n.ºs 1 e 2 do EDAAP.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 25/P.Disc/CSMP/2016/2017.”

5. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO DAS PROCURADORIAS DA REPÚBLICA DE CÍRCULO E PGR

I

Procuradoria da República de Círculo de Sotavento

Crime

Entre Novembro de 2016 e Março de 2017 entraram na PRCSV 44 processos-crime em recurso, tendo o MP intervindo e emitido pareceres e devolvidos 37, permanecendo pendentes 7.

Cível

Entre Novembro de 2016 e Março de 2017 entraram na PRCSV 5 processos de revisão e confirmação de sentença estrangeira e 1 de apelação, tendo o MP intervindo e emitido pareceres e devolvidos todos os processos.

Não existem entradas e pendências em matéria fiscal e aduaneiro, administrativo e militar, nem de ações cíveis e criminais contra magistrados judiciais e do Ministério Público.

II

Procuradoria da República de Círculo de Barlavento

Crime

Entre Novembro de 2016 e Março de 2017 entraram na PRCBV 46 processos-crime em recurso, tendo o MP intervindo e emitido pareceres e devolvidos 41, permanecendo pendentes 5.

Cível

Entre Novembro de 2016 e Março de 2017 entraram na PRCBV 2 processos de revisão e confirmação de sentença estrangeira, tendo o MP intervindo e emitido pareceres e devolvidos todos os processos.

Não existem entradas e pendências em matéria fiscal e aduaneiro, administrativo e militar, nem de ações cíveis e criminais contra magistrados judiciais e do Ministério Público.

Apreciação

Globalmente pode-se constatar que há uma média de quase dez processos crimes que entram por mês e que verificando a pendência os resultados podem ser classificados de positivos.

Os processos cíveis são em número menor do que os criminais e quase não existem processos das demais áreas que integram a competência dos tribunais de relação.

Recomendações

Não existem recomendações a transmitir aos serviços que vêm funcionando bem.

III

Procuradoria-Geral da República

A PGR intervém nos processos junto do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Tribunal Constitucional.

Também a PGR é autoridade central para cooperação jurídica e judiciária internacional, quer em matéria penal, quer em matéria de adoção internacional, além de exercer as funções de consulta, emitindo pareceres que forem solicitados nos termos legais.

Uma outra área de intervenção abrange a direção, coordenação e fiscalização da atividade do Ministério Público e, bem assim a gestão e administração financeira, administrativa, patrimonial e dos recursos humanos.

Assim, os quadros apresentados abrangem todas as atividades realizadas em todas essas áreas de intervenção da PGR, realizadas pelo PGR e respetivo gabinete e pelos PGA.

Intervenção junto do Supremo Tribunal Justiça

Crime

Entraram nesse período 182 processos, que juntando aos 98 que estavam pendentes perfizeram 280, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos 219, estando pendentes 61.

Cível

Entraram nesse período 134 processos, que juntando aos 68 que estavam pendentes perfizeram 202, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos 150, estando pendentes 52.

Entraram nesse período 178 processos de RCSE, que juntando aos 2 que estavam pendentes perfizeram 180, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos 177, estando pendentes 3.

Administrativo

Entraram nesse período 170 processos, que juntando aos 85 que estavam pendentes perfizeram 255, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos 163, estando pendentes 92.

Habeas corpus

Entraram nesse período 53 processos, que juntando aos 2 que estavam pendentes perfizeram 55. Interveio-se em todas as sessões tendo a PGR pronunciado quanto a cada um dos pedidos.

Intervenção junto do Tribunal de Contas

Entraram nesse período 70 processos de conta de gerência, que juntando aos 7 que estavam pendentes perfizeram 77, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos 34, estando pendentes 43.

Processo de multa entrou 1 processo que juntando a 1 que estava pendente perfaz 2, tendo sido emitido parecer em 1 e permanecido pendente 1.

Processos de recurso entraram 2 processo que juntando a 5 que estavam pendentes perfazem 7, tendo sido emitido parecer em 1 e permanecido pendentes 6.

Intervenção junto do Tribunal Constitucional

Fiscalização sucessiva

Entraram nesse período 8 processos de pedido fiscalização sucessiva de constitucionalidade, que juntando aos 1 que estava pendente perfizeram 9, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos 7, estando pendentes 2.

Amparo

Entraram nesse período 7 processos de pedido amparo constitucional, que juntando aos 3 que estava pendente perfizeram 10, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos em todos.

Reclamações e fiscalização concreta

Entraram nesse período 1 reclamação e 1 pedido de fiscalização concreta, que juntando às 2 reclamações que estava pendente perfizeram 3, dos quais foram emitidos pareceres e devolvidos 2, estando pendente 1 reclamação e 1 pedido de fiscalização concreta de constitucionalidade.

Cooperação judiciária internacional

Penal, civil, menores e laboral

Encontravam-se pendentes nesse período 84 40 crime; 17 cível; 18 menores; 1 laboral - carta rogatórias recebidas de diversos países, que juntando aos 81 que entraram perfizeram 165. Foram cumpridas e devolvidas 90, estando pendentes 88.

Encontravam-se pendentes nesse período 27 cartas rogatórias expedidas por Cabo Verde a diversos países, que juntando aos 8 entrados - 2 crime; 2 civis perfizeram 35. Foram cumpridas e devolvidas 13, estando pendentes 22.

Adoção internacional

Entraram nesse período 2 pedidos de adoção internacional, que juntando aos 171 que estavam pendentes perfizeram 173. Houve 2 desistências, 4 adoções plena, 1 parecer negativo e 7 arquivamentos, estando pendentes 159. Foram emitidos 18 despachos, expedidas 34 correspondências, emitidos 2 certificados de adaptabilidade e 2 acordos para prosseguimento de adoção pelo CAI e realizados 2 atendimentos.

Atividades extra processuais na PGR

Como é sabido além das atividades de intervenção processual a PGR também intervém na direção, coordenação e fiscalização da atividade do Ministério Público e, bem assim na gestão e administração financeira, administrativa, patrimonial e dos recursos humanos.

Relativamente a essas matérias é de realçar que nesse período a PGR teve mais de 1 334 intervenções, sem contar com os pedidos e respostas respondidos por e-mail. Regista-se aqui 12 Circulares e despachos, 50 comunicação de operações suspeitas, 103 ofícios confidenciais e 951 não confidenciais, 20 reuniões com magistrados e OPC, 48 audiências e atendimentos a entidades nacionais e internacionais, 8 comunicações em conferências e palestras nacionais e internacionais, 15 intervenção como autoridade central em matéria penal, 16 respostas a órgãos de comunicação social, entre outras espelhadas no quadro.

6. APRECIÇÃO DE RELATÓRIO E PROCESSO DE INSPEÇÃO:

Nº. 2/P.INSP/2016/17 (PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MAIO E PROCURADORA DA REPÚBLICA);

Após análise e apreciação do Projeto de Deliberação, no âmbito do Processo de Inspeção em epígrafe, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por unanimidade:

“Absorver os fundamentos constantes do relatório apresentado pelo serviço de inspeção, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, avaliar o mérito profissional da respectiva magistrada, e a partir das conclusões desse mesmo relatório, fazer recomendações à mesma magistrada e à Procuradoria da República.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 26/P.Insp/CSMP/2016/2017.”

7. APRECIÇÃO DO PROJECTO DE PORTARIA QUE ALTERA O MONTANTE DAS SENHAS DE PRESENÇA A ATRIBUIR AOS VOGAIS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO;

Após análise e apreciação dos Projetos de Deliberação e Portaria conjunta, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, por maioria:

“Absorver todos os fundamentos constantes do projeto de deliberação e remeter à S. Excia. a Ministra da Justiça a deliberação e proposta de Portaria, com vista à revogação do Despacho conjunto dos Ministros da Justiça e das Finanças, datado de 19 de Abril de 2005, que fixa o montante das senhas em 8.000\$00 (valor ilíquido).

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 27/CSMP/2016/2017.”

8. DESTACAMENTO ROTATIVO DE AJUDANTES DE ESCRIVÃO PARA A PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DOS MOSTEIRO

Após análise e discussão, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

1. Destacar, transitoriamente, em regime de acumulação e alternadamente por períodos de cinco dias em cada mês, um Ajudante de Escrivão da Secretaria da Procuradoria da República da Comarca de São Filipe para Secretaria da Procuradoria da República da Comarca dos Mosteiros.
2. A designação mensal de cada oficial de justiça far-se-á por indicação e acerto entre a Procuradora da República Coordenadora da comarca de São Filipe e Procuradora da República da comarca dos Mosteiros.
3. Os encargos com o destacamento serão suportados pelo orçamento do Conselho Superior do Ministério Público.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 28/CSMP/2015/2016.”

9. ANÁLISE DA NECESSIDADE DE MEDIDAS QUE VISAM REORGANIZAR A SECRETARIA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DA BOA VISTA

Após análise e discussão, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

1. Determinar a deslocação trimestral do secretário judicial José Miguel Pina Cardoso, por um período de cinco dias, com específica função e poder de determinar, realizar, e orientar toda a atividade de funcionamento da secretaria de Boa Vista de modo a assegurar uma boa organização e tramitação dos processos na Secretaria da Procuradoria da República da Comarca de Boa Vista.
2. No final de cada missão deverá elaborar um relatório do estado da secretária e das evoluções;
3. Os encargos serão suportados pelo orçamento do Conselho Superior do Ministério Público.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 29/CSMP/2015/2016.”

10. NOMEAÇÃO DE PROCURADORES ASSISTENTES

Após análise e discussão o Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Nomear, os seguintes Licenciados em Direito, aprovados em concurso público de ingresso na Magistratura do Ministério Público, para exercerem, provisoriamente, o cargo de Procuradores da República Assistentes, em regime de estágio em exercício de funções:

Natanilson da Veiga Ramos, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;

Jussara Fortes Gonçalves, na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente;

António José Dias Andrade, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;

Heidmilsson Agues Frederico, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;

Miguel César da Luz dos Santos, na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente;

António João Fortes, na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente;

Álvaro Domingos Bento, na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 30/SMP/2015/2016.”

11. APRECIÇÃO DO PEDIDO DE REINGRESSO ANTECIPADO DO SENHOR JOSÉ MIGUEL DE PINA CARDOSO EM REGIME DE LICENÇA DE CURTA DURAÇÃO

Após análise e discussão o Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

“Autorizar o reingresso do Secretário Judicial José Miguel de Pina Cardoso, ora em comissão ordinária de serviço nas funções de secretário da Procuradoria-Geral da República, nos termos das disposições combinadas dos artigos 48º e 46º nº 4 do Decreto-Lei nº 3/2010, de 08 de Março, aplicáveis por força do artigo 78º do Decreto-Lei 13/2006, de 13 de Fevereiro, com efeitos a partir de 12 de Maio de 2017.

Publique-se, registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº 31/CSMP/2015/2016.”

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO CSMP DE 2017

Após informações pertinentes do Vice-Presidente e intervenção dos Vogais solicitando informações, que foram prestadas prontamente pelo Vice-Presidente, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou considerar equilibrada a gestão do primeiro trimestre por estar em conformidade com os princípios que devem nortear uma boa execução orçamental, e o mais importante com disponibilização dos meios necessários para o razoável funcionamento das Procuradorias da República.

13. ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PROJETO DO ORÇAMENTO DO CSMP PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018

Após intervenção dos Vogais solicitando informações, prestadas prontamente pelo Vice, o Projeto de Orçamento para 2018 foi aprovado, por unanimidade, no montante de 380.427.544\$00.

14. APRECIÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA PROCURADORA DA REPÚBLICA

Após análise e discussão o Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

“Enviar ao Conselho Superior da Magistratura Judicial cópia de todo o expediente enviado ao Conselho Superior do Ministério Público pela senhora Procuradora da República denunciando condutas da Juíza de Direito, suscetíveis de integrarem a violação dos deveres especiais previstos nas als. d) e f) do artigo 31º. do Estatuto dos Magistrados Judiciais.”

15. APRECIÇÃO DE UMA PROPOSTA DE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO

Após análise e discussão o Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

“Solicitar ao senhor Escrivão de Direito, subscritor do ofício nº. 25/PRCT/17, de 30 de Março, da Procuradoria da República da Comarca do Tarrafal, que seja informado ao CSMP, com a urgência possível, do vínculo laboral do motorista, se executa trabalhos no Ministério Público a tempo interior ou tempo parcial, e que trabalhos ele presta em concreto.”

16. MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO (2 DOCS.)

O Conselho Superior do Ministério tomou conhecimento do ofício nº. 277/CSMP/2016/2017, de 7 de Abril, comunicando que todas as Procuradorias estão devidamente informadas do início do estudo e da necessidade de colaboração a prestar à equipa que vai realizar o estudo sobre a situação da justiça em Cabo Verde e da comunicação do início da inspeção ordinária à Procuradoria da República de Santa Cruz e Procuradora da República Coordenadora.

17. DESPACHOS PARA RATIFICAÇÃO (4 DOCS.)

Foram ratificados os Despachos do senhor Presidente autorizando a audição dos Senhores Procuradores da República, alteração da ordem de realização das inspeções aprovadas, e comunicações via e-mail respeitantes a um pedido de autorização para leccionar e desistência dessa pretensão.

18. SORTEIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.

Foi realizado sorteio para distribuição dos processos, dando prosseguimento ao sorteio de 31 de Março de 2017, que ficou assim ordenado:

- 16- António Varela Semedo;
- 17- Raquel Odete Fortes;
- 18- Daniel Hostelino Alves Monteiro;
- 19- Vice-Presidente.<
- 20- Nilton da Costa Moniz;
- 21- Edelfride Sousa Barbosa Almeida;
- 22- Mário Gomes Fernandes;